

# MODELO



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos - SEOSP

## MINUTA DE CONTRATO

### \* MODELO DE DOCUMENTO

**CONTRATANTE:** O ESTADO DE RONDÔNIA, através da SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEOSP, órgão de natureza instrumental criado pela Lei Complementar nº 1.060, de 21 de maio de 2020, inscrito no CNPJ sob nº 37.621.806/0001-07, com sede em Porto Velho/RO, na Av. Farquar, 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Jamari, 4º Andar, RO CEP 76801-470, na qualidade de partícipe concedente, e neste ato representada por seu Secretário de Estado, o Sr. **ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA**, inscrito no CPF/MF sob nº 497.642.922-91, nomeado por decreto não numerado, de 31 de março de 2023, publicado no em edição suplementar do Diário Oficial do Estado em 03 de março de 2023; e,

**CONTRATADA:** A empresa **XXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **XXX**, com sede na Rua **XXX**, nº **XXX**, Bairro **XXX**, CEP nº **XXX**, cidade de **XXX**, aqui representada pelo Sr. **XXX**, portador da carteira de identidade RG nº **XXX**, inscrito no CPF/MF sob o nº **XXX**, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada através do documento acostado (id.).

Os Contratantes celebram, por força do presente instrumento, contrato para prestação de serviço de sondagem geotécnica tipo SPT, o qual se regerá pelas disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes, licitado através de Pregão Eletrônico para Registro de Preços - critério de julgamento - Maior desconto por Lote sobre os serviços e insumos das tabelas do SINAPI desonerada, vinculando-se aos termos do Processo Administrativo nº 0069.000050/2024-88 e à proposta da Contratada, mediante as seguintes cláusulas:

### 1. DO OBJETO/DA VINCULAÇÃO

1.1. **Do Objeto:** O objeto do presente instrumento é a eventual contratação, sob demanda, de empresas especializadas na prestação de serviços comuns de engenharia com fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e acessórios na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos diversos, descritos no sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil, doravante denominada SINAPI. Necessários para atender as demandas com manutenção, conserto, conservação, reparo dentre outros, objetivando manter ou recuperar as instalações físicas das unidades prediais pertencentes ao estado de Rondônia para atendimento das demandas da Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos – SEOSP/RO por um período de 12 meses., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência 0052780443, XXXXX e seus anexos, independentemente de transcrição.

1.2. **Da vinculação:** Integram este contrato, independentemente de transcrição, o Termo de Referência (0052780443), Mapa de Risco 17 Matriz de Risco (0052999413), XXXXX e demais elementos que sirvam à exata definição do objeto descrito nesta cláusula.

### 2. DA LOCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. A localização dos serviços do objeto deste contrato será aquela estabelecida no item 3. e 4. do termo de referência e seus anexos.

### **3. DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

3.1. A forma de prestação dos serviços, objeto deste contrato serão aquelas estabelecidas no item 8. do termo de referência e seus anexos.

### **4. DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

4.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme cumprimento de prazos de entrega, cuja remuneração será adequada à medida que as Ordens de Serviço atendam ou não os prazos estabelecidos nas Ordens de Serviço.

4.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

4.3. Será considerado atraso quando o Recebimento Definitivo ultrapassar o prazo definido para execução da Ordem de Serviço.

4.4. O não atendimento das metas, por ínfima ou pequena diferença, a critério da fiscalização, poderá ser objeto apenas de notificação nas primeiras ocorrências, de modo a não comprometer a continuidade da prestação.

4.5. Para serviços com prazo de execução maiores que 30 dias, poderão ser realizadas medições mensais, a critério da fiscalização;

4.6. Transcorridos 30 dias de execução, a contratada deverá encaminhar à comissão de fiscalização a planilha de medição dos serviços, constando no mínimo os seguintes itens: item, descrição, unidade, quantidade, preço unitário com BDI (já aplicado o desconto ofertado na licitação), preço total daquele item, percentual executado nessa medição, quantidade executada nessa medição. Ao final da planilha de medição deve constar os totais dos percentuais, quantidades e valores;

4.7. A comissão de fiscalização realizará vistoria in loco para medir os serviços executados e comparar com a planilha de medição apresentada pela CONTRATADA;

4.8. Todos os materiais e produtos a serem empregados nos serviços deverão ser novos, sem uso e estarem de acordo com as especificações técnicas do fabricante;

4.9. Os pagamentos serão efetuados de acordo com os serviços efetivamente concluídos e aceitos, de acordo com as medições elaboradas pela fiscalização do CONTRATANTE;

4.10. A execução dos serviços deverá seguir os projetos, memoriais técnicos e memoriais descritivos, elaborados pela SEOSP, que, quando necessários, serão entregues junto da Ordem de Serviço;

4.11. Para a perfeita execução dos serviços, deverão ser verificadas todas as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas –ABNT e outras aplicáveis;

4.12. Os critérios de quantificação e medição adotados para todos os serviços são os constantes nos cadernos técnicos presentes no sumário de publicações do SINAPI referente ao mês do orçamento de referência.

4.13. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

I - não produzir os resultados acordados,

II - deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

III - deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

### **5. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

5.1. O modelo de gestão do contrato e critérios de medição e pagamento do objeto deste contrato serão aqueles estabelecidos no item 10., 11. e 12. do termo de referência e seus anexos.

### **6. DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

6.1. O início da execução dos serviços do objeto deste contrato será aquela estabelecida no item 10. do termo de referência e seus anexos.

## **7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da Contratante também se incluem o disposto no item 21 do termo de referência e seus anexos.

## **8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da Contratada também se incluem o disposto no item 22 do termo de referência e seus anexos.

8.2. A contratada é obrigada a Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. (art. 92, XVI, da Lei 14.133/2021).

8.3. O contratado obriga-se a cumprir as cotas de aprendizes, em decorrência das licitações que tenham como objeto a contratação e/ou prestação de serviços terceirizados envolvendo mão de obra cujas atividades demandem formação profissional, que dentre os(as) aprendizes a serem contratados(as) deverá ser priorizado(a) adolescente entre 14 a 18 anos que estejam em situação de vulnerabilidade e ou risco social, nos termos do art. 53, caput, incisos I a III, §1º e §2º, do Decreto Presidencial n. 9.579/2018, com redação conferida pelo Decreto nº. 11.479/2023.

8.4. Nos termos do Decreto Estadual nº 25.783/2021, a contratada deverá empregar, no percentual mínimo de 2% (dois por cento), mão de obra formada por pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos do sistema prisional.

## **9. DA MATRIZ DE RISCO**

9.1. A Matriz de Risco é um instrumento que tem como objetivo definir as responsabilidades da CONTRATANTE e da CONTRATADA na execução do Contrato.

9.2. Constitui peça integrante deste Contrato, independentemente de transcrição no instrumento respectivo, o Mapa de Risco 17 Matriz de Risco (0052999413).

9.3. O termo risco foi designado neste Contrato para designar o resultado objetivo da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento, aleatório, futuro e que independa da vontade humana, e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como uma atividade de ocorrência de um determinado evento que gere provável prejuízo econômico.

## **10. DA SUBCONTRATAÇÃO**

10.1. O objeto será executado diretamente pela CONTRATADA, sendo limitada a subcontratação até 25% (vinte e cinco por cento), destinada às atividades complementares como: fornecimento de concreto, marcenaria, esquadrias em geral, vidraçaria, metalúrgica e cabeamento estruturado.

10.2. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado para execução da parte que lhe for repassada, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

10.3. A subcontratação deverá ser precedida da aprovação da fiscalização. As empresas subcontratadas cumprirão com o mesmo rigor as obrigações trabalhistas e previdenciárias assim com também, quanto ao cumprimento das normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.

10.4. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **11. DA VISTORIA**

11.1. A forma de vistoria deste contrato serão aquelas estabelecidas no item 7.23 a 7.29. do termo

de referência e seus anexos.

## **12. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **13. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

13.1. O controle e fiscalização da execução do objeto deste contrato serão aqueles estabelecidos no item 11 do termo de referência e seus anexos.

## **14. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

14.1. O recebimento e aceitação do objeto deste contrato serão aqueles estabelecidos no item 13 do termo de referência e seus anexos.

## **15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1. Sem prejuízo das sanções cominadas nos artigos 155 até 163 da Lei 14.133/21 e em demais legislações correlatas, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada as sanções previstas no item 19 do termo de referência e seus anexos.

## **16. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

16.1. A Contratada deverá atender, no que couber, o critério de sustentabilidade ambiental prevista na Instrução normativa SLTI/MPOG nº 01 de 19/01/2010, em conformidade com o Decreto Estadual Nº 21.264/2016.

## **17. DOS REAJUSTES, CORREÇÕES MONETÁRIAS E ACRÉSCIMO E SUPRESSÕES**

17.1. Além das disposições contidas na Lei n. 14.133/21 e Decreto n. 28.874/24, aplica-se as condições de reajuste e correções monetárias estabelecidas no item 17 do Termo de Referência e seus anexos.

17.2. O pedido relacionado ao reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser apresentado pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do fato gerador de seu direito.

17.3. Apresentado no prazo estipulado no item acima, os efeitos financeiros retroagirão à data-base prevista na convenção coletiva de trabalho ou à data de ocorrência do fato gerador.

17.4. O deferimento do reajuste somente terá incidência no preço contratado a partir da data do protocolo do pedido de reajuste.

17.5. O preço poderá ser reajustado novamente somente após 12 (doze) meses do anterior, incidindo sobre o valor atualizado do contrato.

17.6. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.7. São nulos de pleno direito quaisquer expedientes que, na apuração do índice de reajuste, produzam efeitos financeiros equivalentes aos de reajuste de periodicidade inferior à anual.

17.8. A prorrogação contratual sem a solicitação do reajuste implica a preclusão deste, sem prejuízo dos futuros reajustes nos termos pactuados.

17.9. Não se admitirá como encargo financeiro, juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.

17.10. Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas que ultrapassem o período mencionado e caso o adimplemento da obrigação das parcelas a realizar não estejam atrasadas por culpa da CONTRATADA conforme cronograma físico aprovado pela FISCALIZAÇÃO da SEOSP.

17.11. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

17.12. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.13. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.14. O reajuste será realizado por apostilamento.

17.15. O reajustamento será devido do primeiro dia do mesmo mês do ano seguinte ao do orçamento da administração/SEOSP (Acórdão TCU 1.707/2013).

17.16. A iniciativa e o encargo para o cálculo do reajustamento deverão ocorrer por conta da contratada, cabendo ao órgão ou entidade contratante a verificação do resultado obtido, e se houver concordância, aplicar o reajustamento dos preços com fundamentos nesses cálculos. Se equivocados, deverá ter o respectivo protocolo devolvido para as devidas correções apontadas pela Administração.

17.17. No que diz respeito a eventuais acréscimo e supressões ao contrato, aplica-se o disposto no art. 124 e seguintes, da Lei n. 14.133/21.

## **18. DAS QUANTIDADES/COMPOSIÇÃO DOS LOTE/ DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

18.1. Das quantidades/composição dos lote/do estudo técnico preliminar serão aquelas estabelecidas no item 4. do termo de referência e seus anexos.

## **19. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

19.1. O Modelo de execução do Objeto será aquela estabelecida no item 8. do termo de referência e seus anexos.

## **20. DA VIGÊNCIA**

20.1. O presente instrumento terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, na forma e condições previstas no artigo 84, da Lei nº. 14.133/2021 e suas alterações, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a 60 (sessenta) meses.

## **21. DO VALOR**

21.1. O valor total desta contratação é de R\$ XXX, correspondente à declaração de adequação financeira (XXX), a servir de lastro para efetuar o pagamento do objeto descrito na cláusula primeira.

21.2. Os preços cobrados pela Contratada estão consignados na proposta apresentada (XXX), a qual passa a integrar o presente contrato como se aqui transcrito estivesse.

## **22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

22.1. A despesa decorrente desta contratação correrá por conta dos recursos do orçamento da SEOSP/RO: fonte de recursos 1.709.0.00001, Programa / GPF: 339 e Elemento de despesa: 33.90.39.

## **23. DA GARANTIA CONTRATUAL DE EXECUÇÃO**

23.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por se tratar de serviços comuns de engenharia, como pequenas reformas e manutenção predial, e pelas características inerentes ao objeto não se faz adequada tal exigência, conforme item 7.20 do termo de referência.

## **24. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

24.1. O presente Contrato, poderá ser extinto, a qualquer tempo, nas condições previstas nos Artigos 137 a 139, ambos da Lei 14133/21.

## **25. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO**

25.1. A Contratada deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do Contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação em caso de inobservância.

## **26. DOS CASOS OMISSOS**

26.1. Fica estabelecido, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste contrato, os chamados casos omissos, estes serão dirimidos respeitado o objeto dessa contratação, por meio de aplicação da legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a lei nº 14.133/2021, aplicando-se paralelamente, quando for o caso, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos estabelecidos na legislação civil brasileira e as disposições de direito privado.

## 27. DA PUBLICAÇÃO

27.1. Incumbirá à Contratante, através da Procuradoria Geral do Estado, providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Estado de Rondônia, no prazo previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

## 28. DO FORO

28.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

## 29. DAS ASSINATURAS, DATA DE CELEBRAÇÃO E VISTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

29.1. Considerando que a presente avença é celebrada no bojo de processo virtual que tramita no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a data de celebração será correspondente a da aposição da assinatura eletrônica mais recente de qualquer das partes qualificadas no preâmbulo.

29.2. Este instrumento jurídico foi elaborado na forma do art. 23, I, da LCE 620/2011, segundo as informações e documentos constantes dos autos do processo identificado neste instrumento.

29.3. Para firmeza e como prova do acordado, o presente Contrato, o qual, depois de lido e achado conforme, será assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução, devidamente certificadas pela Procuradoria-Geral do Estado.



Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA ANTELO MACHADO**, **Chefe de Análise Técnica**, em 01/10/2024, às 12:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA**, **Secretário(a)**, em 03/10/2024, às 13:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0053223704** e o código CRC **A2B203EE**.